



Wilson Pedrosa/AE

Passarinho, prestigiado por Collor: articulador de nova medida de política salarial

Presidente vai vetar benefícios

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor comunicou ontem ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, que vetará integralmente o projeto de conversão de autoria do deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE), que refez a Lei de Benefícios da Previdência, aprovado quarta-feira pelo Congresso por acordo de lideranças.

O presidente autorizou Passarinho a negociar com as lideranças a apresentação de um projeto que complemente a Lei de Benefícios sem tanto sacrifício para o governo. Collor e o ministro da Justiça têm outra reunião hoje, às 9 horas, no Palácio do Planalto, para tratar da crise surgida com a derrota no Congresso.

"O governo não tem dinheiro para pagar tudo que o Congresso quer dar aos aposentados, e o jeito então é vetar",

justificou o ministro, "mesmo sabendo que qualquer presidente do mundo jamais tem em mente ser odiado pelo seu povo".

Para tranquilizar o presidente, que ficou irritado com as derrotas do governo nesta semana, Passarinho disse ter certeza de que o Senado manterá o voto presidencial à Lei de Benefícios, derrubado na Câmara.

"TRAIDORES"

Collor comentou que a manutenção do voto é muito importante. E previu: "Se for derrubado e a Lei de Benefícios da Previdência entrar em vigor, haverá o caos." Logo depois de ouvir do ministro a narrativa sobre o comportamento da bancada governista, que se rebelou durante a semana em votações impor-

tantes, o presidente recorreu ao computador instalado em seu gabinete e registrou dezenas de "traições".

Ele pretende cobrá-las de parlamentares que, embora tenham contado com a simpatia do governo na indicação de pessoas para cargos públicos, integraram a bancada dos rebeldados.

Para prestar Passarinho e reforçar sua posição de ordenador político do governo, Collor vai confiar-lhe a articulação de uma medida de política salarial altamente popular que visa beneficiar os assalariados de baixa renda. A informação é do líder do PRN no Senado, Ney Maranhão, segundo o qual essa é a "arma" do governo para contornar os problemas que enfrenta na área política. A medida deve ser anunciada na próxima semana.